



CONSULTA PÚBLICA Nº 08/2018
Formulário de comentários e sugestões

Instruções para preenchimento do formulário:

1. No campo Documento, deve ser especificado o instrumento licitatório para o qual está sendo sugerida modificação. Neste campo, deve-se digitar apenas pré-edital ou minuta do contrato;
2. No campo Natureza da sugestão, deve ser indicado se a sugestão proposta é de Inclusão, Alteração ou Exclusão;
3. No campo Item, deve ser discriminado o item do pré-edital, ou a cláusula da minuta do contrato, ou, ainda, o anexo para o qual está sendo sugerida modificação. Neste campo, deve-se digitar apenas o número do item ou o número da cláusula, sem detalhar o seu título. No caso de sugestão à anexo, deve-se incluir o número do anexo e o número do item objeto da sugestão, caso existente. Caso a sugestão seja de Inclusão, deve-se especificar o número que o item ou a cláusula teria caso a sugestão fosse acatada pela ANP;
4. No campo Proposta de alteração, deve ser redigida a redação proposta para o item, em sua versão final. Não se deve usar texto tachado, negrito, sublinhado ou destacado em cores. Caso a sugestão seja de Exclusão, deve-se deixar o campo em branco;
5. No campo Justificativa, deve ser descrita a justificativa para a sugestão proposta.

Exemplo de preenchimento do formulário de comentários e sugestões:

Documento	Natureza da sugestão	Item	Proposta de alteração	Justificativa
Minuta do contrato	Alteração	Anexo II – 3.2.1	Texto proposto.	Justificativa.
Pré- edital	Exclusão	1.4.3		Justificativa

Instruções para envio do formulário:

Após o preenchimento deste formulário, remeta-o à Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) até **o dia 28 de maio de 2018** pelo e-mail rodadas@anp.gov.br. A utilização deste formulário é obrigatória. Não serão aceitas sugestões e comentários fora do padrão deste formulário.

FORMULÁRIO DE COMENTÁRIOS E SUGESTÕES

CONSULTA PÚBLICA Nº 08/2018

Documento	Natureza da sugestão	Item	Proposta de alteração	Justificativa
Minuta do contrato	Inclusão	21.7.	21.7. Ao Concessionário está vedada a utilização de exploração de Recursos não Convencionais, especialmente o fraturamento hidráulico.	Dada a a) inexistência de legislação específica que trate de exploração de recursos não convencionais no Brasil e a b) real necessidade de debate aprofundado com a comunidade científica e sociedade a respeito do tema, bem como c) diante de uma série de ações judiciais que impediram ou limitaram a exploração por meio do fraturamento hidráulico em várias regiões do país, nada mais transparente, com a sociedade e com a concessionário, do que tornar cristalina <u>a proibição de exploração dos não convencionais no contrato.</u>
Pré- edital	Inclusão	2.1. “d)”	d) <u>Não está incluída neste edital a autorização exploração de recursos não convencionais,</u> sendo que estes são compreendidos como aqueles que requerem tecnologias especiais de extração, na forma como já definido pela ANP “Recurso Não Convencional: acumulação de Petróleo e Gás Natural que, diferentemente dos hidrocarbonetos convencionais, não é afetada significativamente por influências	Dada a a) inexistência de legislação específica que trate de exploração de recursos não convencionais no Brasil e a b) real necessidade de debate aprofundado com a comunidade científica e sociedade a respeito do tema, bem como c) diante de uma série de ações judiciais que impediram ou limitaram a exploração por meio do fraturamento hidráulico em várias regiões do país, nada mais transparente,

Documento	Natureza da sugestão	Item	Proposta de alteração	Justificativa
			<p>hidrodinâmicas e nem é condicionada à existência de uma estrutura geológica ou condição estratigráfica, requerendo, normalmente, tecnologias especiais de extração, tais como poços horizontais ou de alto ângulo e fraturamento hidráulico ou aquecimento em retorta. Incluem-se nessa definição o Petróleo extrapesado, o extraído das areias betuminosas (“sand oil” ou “tar sands”), dos folhelhos oleíferos (“shale oil”), dos folhelhos ricos em matéria orgânica (“oil shale” ou xisto betuminoso) e das formações com baixíssima porosidade (“tight oil”). Consideram-se, também, na definição, o gás metano oriundo de carvão mineral (“coal bed methane” ou “coal seam gas”) e de hidratos de metano, bem como o Gás Natural extraído de folhelhos gaseíferos (“shale gas”) e de formações com baixíssima porosidade (“tight gas”).”</p> <p>(CONTRATO DE CONCESSÃO PARA EXPLORAÇÃO E PRODUÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL; BRASIL, ANP, 2013)</p>	<p>com a sociedade e com a concessionário, do que tornar cristalina <u>a proibição de exploração dos não convencionais no edital de licitações de oferta permanente.</u></p>